
Entre o Dizível e o Silêncio: as Discursividades da Veja Sobre Casos de Racismo¹

Dermeval Ricardo de Melo Lellis LELLIS²

Glória RABAY³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

Neste artigo abordamos como os dois casos de racismo ocorridos em 2020 foram representados em reportagens da revista Veja. Em maio de 2020 era assassinado George Floyd nos Estados Unidos; já em dezembro do mesmo ano, João Alberto foi espancado até a morte no Brasil. Ambas as mortes partiram do setor de segurança. Objetivamos discutir como tais casos foram construídos discursivamente, tomando como base teórica a teoria do jornalismo proposta por Genro Filho (2012), as teorias do discurso, e a teoria do racismo estrutural. Como metodologia, utilizamos a análise do discurso, relacionando Bakhtin (2016) e Pêcheux (2009). Concluímos que as construções da Veja variam de uma reportagem para a outra, com valorações diferenciadas, mas compartilham de um mesmo problema: o não questionamento da estrutura social.

Palavras-Chave: teorias do jornalismo; gêneros do discurso; reportagem; racismo; análise do discurso.

INTRODUÇÃO

Em 2020, dois assassinatos de pessoas negras tiveram um impacto significativo na sociedade e na mídia. George Floyd, assassinado em Minneapolis-EUA no dia vinte e cinco de maio de 2020 por Derek Chauvin, um policial branco, e João Alberto Freitas, espancando até a morte por dois seguranças do supermercado Carrefour, Magno Braz Borges e Giovane Gaspar da Silva, no Rio Grande do Sul, em dezenove de dezembro de 2020, são vítimas de um mesmo problema que afeta tantas outras vidas negras: o racismo estrutural.

Suas mortes, contudo, destacam-se pelo simbolismo. As similaridades entre as tragédias trazem inescapáveis comparações, uma vez que indivíduos negros, em realidades sociais diferentes, sofrem as mesmas violências de forças de segurança pública e privada. Tal semiose apreendida deve-se, além da circulação das redes sociais, às

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, e-mail: riccchys@outlook.com

³ Orientadora. Prof.ª Dra. do Dep. de Jornalismo da UFPB. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, e-mail: gloria.rabay@gmail.com.

construções midiáticas. O estudo aqui empreendido trabalha com essa construção sobre os casos de racismo, em específico analisando e comparando, por meio da Análise de Discurso (AD), reportagens dos dois assassinatos veiculados pela revista *Veja*, presentes nas edições 2690 – do dia dez de maio – e 2715 – do dia dois de dezembro. Tem como questão norteadora: como a *Veja* constrói discursivamente os casos de racismo?

A REPORTAGEM COMO UM GÊNERO DISCURSIVO

Para entender a construção discursiva do jornalismo, considera-se necessário recorrer às teorias do discurso. Benetti (2008) concebe o jornalismo como um gênero discursivo. O paradigma comunicacional do discurso supera, ao mesmo tempo que toma como elemento, o paradigma textual. Nesse sentido, coloca-se como questão fundamental na prática jornalística os enunciados efetivamente ditos.

O enunciado, segundo Bakhtin (2016, p. 22), é a “unidade real da comunicação discursiva”. Não são as palavras, as orações e frases, desse modo, que interessam na compreensão da comunicação discursiva, mas sim o enunciado, o qual comunica o sentido e faz parte do elo comunicativo. O enunciado, portanto, constitui-se na *parole*, ou seja, na comunicação propriamente dita *entre* sujeitos.

O autor classifica os gêneros do discurso entre primários, que são simples, tal como o diálogo, e secundários, gêneros complexos, como romance, artigo científico etc. Segundo Bakhtin (ibid, p. 15), os “gêneros discursivos secundários [...] surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente escrito)”. É nessa categoria que entram os gêneros jornalísticos, e em específico o gênero reportagem, nosso objeto de estudo.

Os gêneros do discurso, ainda de acordo com Bakhtin, são *tipos relativamente estáveis de enunciados*. Vale dar ênfase a “tipos”, pois os enunciados são tomados como formas estruturadas na comunicação discursiva. São três elementos, indissolivelmente ligados, que compõem um gênero: o conteúdo temático, o estilo, e a construção composicional. Dessa forma, cada campo da atividade humana gera e consolida gêneros com seus enunciados. Além disso:

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua *mas, acima de tudo, por sua construção composicional* (BAKHTIN, 2016, p. 11-12, grifo nosso).

Tal afirmação do autor é oportuna e pertinente ao jornalismo. A construção composicional jornalística vai, no desenvolvimento do campo, gerar e estabelecer aquilo que é chamado de *lead*, as perguntas fundamentais na construção da notícia. Genro Filho (2012, p. 205), por seu turno, toma o lead como um “princípio organizador da singularidade”, uma categoria da realidade, a qual abarca uma imediaticidade. Em poucas palavras, trata-se do acontecimento, ou fato, com que o jornalismo trabalha.

A singularidade não se esgota no lead. Como é próprio dos gêneros do discurso, o tema é recortado e projetado com seus devidos contornos de acordo com as circunstâncias⁴. No caso das matérias jornalísticas, com suas estruturas relativamente estáveis, os enunciados estão necessariamente relacionados e formam elos na cadeia comunicativa, e portanto as respostas ao lead são ampliadas, explicadas etc. ao longo do discurso. Isso é o que Bakhtin (2016, p. 57, grifo do autor) vai apontar como as relações entre um enunciado e outro:

Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo [...]: ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, todo enunciado é repleto de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de um dado campo da comunicação discursiva.

Genro Filho percebe o modo de produção do jornalismo antes ao produto, ao texto. Dessa forma, para além do gênero notícia, que tem seu modo de produção e apreensão específicos para o gênero, a reportagem é abordada pelo autor como outra forma de produção e apreensão que se caracteriza pela relação diferenciada entre a singularidade e a particularidade. Esta, de acordo com ele,

assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular. Ela própria busca sua significação na totalidade da matéria jornalística, concorrendo com a singularidade do fenômeno que aborda e dos fatos que o configuram (GENRO FILHO, 2012, p. 208)

A particularidade pode ser definida como um contexto maior, isto é, percebe-se elementos da realidade de forma relacionada, histórica. Destarte, a reportagem, *como gênero*, tem na sua materialidade discursiva essa especificidade do singular com o particular, em que este é uma realidade ampla. Por exemplo, o objeto desse artigo tem a

⁴ Bakhtin vai dizer que é uma característica dos gêneros a exauribilidade semântico-objetual. Isso quer dizer que, a partir de recortes e estruturações definidas, o objeto torna-se, ao menos no dado gênero e contexto que aparece, plenamente trabalhado para os fins estabelecidos.

particularidade do racismo, com uma certa história, com singularidades – acontecimentos – etc., e com relações dinâmicas entre eixos, ou elementos, como a desigualdade racial, o âmbito da legislação, entre outros.

Charaudeau (2019), por sua vez, descreve a reportagem tendo como fundamental característica a explicação de um fato. Não nos ateremos às inúmeras críticas que podem ser feitas a tal ideia, mas pontuamos que tal generalização não pode ser feita para toda e qualquer reportagem. Entretanto, há uma veracidade sobre o processo de explicação nas reportagens, uma vez que há um fato sendo contextualizado numa realidade dinâmica e que apresenta suas várias relações que constituem um particular. Além disso, para o autor, “é através da própria maneira de relatar o acontecimento que surgirão as respostas às questões” (ibid, p. 221). Ou seja, o próprio ato da construção do particular expõe respostas, motivos etc. do fato.

Nota-se, a partir do exposto, uma contradição fundamental entre gênero do discurso e gênero textual na tese inicial de Benetti: o jornalismo como gênero do discurso⁵. É o próprio campo – nesse caso o jornalismo, com seus métodos e meios de produção –, de acordo com Bakhtin, que vai construir os gêneros do discurso. Todavia, a autora aponta as características fundamentais para se pensar os gêneros no campo do jornalismo, a partir de Charaudeau: “quem diz e para quem”, “para quem se diz”, “o que se diz”, “em que condições se diz” e “como se diz”. Para Benetti, (2008, p. 21, grifo nosso) todos “esses elementos se misturam em um conjunto que só é possível dividir sob o aspecto metódico, mas jamais processual. Para pensar o gênero jornalístico, *é preciso considerar a totalidade desses elementos*”.

Consideraremos, portanto, a reportagem como um gênero do discurso secundário, próprio do campo jornalístico, em que a particularidade – ou particularidades – possui certa autonomia em relação ao singular. Materializada em discurso, ela se constitui por redes de conexões entre eixos – ou assuntos, temas etc. –, por meio de enunciados que se relacionam de alguma forma na cadeia comunicativa.

RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA

⁵ Atribuímos tal contradição a uma certa imprecisão, na linguística, acerca da distinção entre gêneros discursivos e gêneros textuais. Para os propósitos deste artigo, toma-se a teoria bakhtiniana restrita e fielmente, e nesse sentido basta apenas considerar que os gêneros do discurso são as formas reais de comunicação, isto é, atividade efetiva da linguagem em curso. O conceito de gênero textual, é, portanto, algo não trabalhado aqui.

Entendido o jornalismo como um campo que constrói gêneros do discurso, é preciso compreender sobre o que se fala nas matérias tomadas aqui como objeto, o conteúdo temático em questão. Contudo, entendê-las apenas nesse viés é insuficiente, e assim é preciso, tal como postula a AD, considerar os sujeitos na história. Não de outra forma, apresenta-se aqui os acontecimentos de 2020 como elementos constitutivos do racismo estrutural. Almeida (2021, p. 30-31), alertando que o conceito de raça não é estanque, determina sua operacionalização, a partir de dois registros:

1. Como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo;
2. como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, 'a uma certa forma de existir'. A configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural Frantz Fanon denomina racismo cultural.

Isso revela o caráter de construção da raça, um signo, como argumenta Nascimento (2019), que foi imposto pela branquitude aos povos não-europeus num processo de racialização. Assim, os sujeitos negros são racializados, “construídos” e moldados simbolicamente e materialmente pela comunicação via a categoria de raça. O racismo, segundo Almeida (2021), toma a raça como objeto de discriminação sistematizada, o que provoca desvantagens materiais para indivíduos – considerados parte de um grupo racializado. Nesse sentido, o autor nos apresenta três concepções de racismo. A primeira delas é a individualista:

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais (ibid, p. 36).

Trata-se de uma concepção que exclui o caráter sistemático do racismo e, além disso, nega este como elemento constitutivo das sociedades. A segunda definição do racismo é a institucional, que, ao passo que não nega a existência da discriminação individual, antes a percebe como resultado das instituições que compõem a sociedade, as quais “passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ibid, p. 37-38). É no interior desses espaços de poder que normas, leis, padronizações etc. vão operar de acordo com o racismo, isto é, a condição de racialização enquanto desvantagens socioeconômicas.

Por fim, o autor trata do racismo estrutural. Este conceito não nega as duas concepções anteriores, mas as supera. Percebe-se, então, o racismo como estruturante do meio social, como elemento que perpassa não só os atos individuais e institucionais, mas a sociedade como um todo. Em poucas palavras, é como parte fundante da fisionomia da ordem social. Portanto,

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre "pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição" (ALMEIDA, 2021, p. 50, grifo nosso).

Os tipos de racismo, todavia, não são suficientes para compreender os casos que revelam mais do que falta de privilégio, desigualdades etc. Os eventos aqui trabalhados envolvem a morte e, mais especificamente, o assassinato de pessoas negras por agentes da segurança. Mbembe (2016) nos introduz o conceito de necropolítica, o qual tem como ideia geral o controle, ou poder de decisão, sobre a morte; tal poder se exerce pela soberania do Estado, que de acordo com o autor “é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (ibid, p. 135).

A necropolítica tem como base a relação de inimizade – a concepção e naturalização do Outro como uma ameaça –, e o estado de exceção – um mecanismo estatal em que as leis são “desativadas” em prol do pleno exercício de controle; ou seja, abre-se espaço para o direito de matar. A estrutura colonial e o passado de escravidão no Brasil, e também nos EUA, relegaram povos negros a uma posição de Outro, uma alteridade bem definida pela relação de inimizade. Almeida (2021, p. 124) complementa tal análise da necropolítica, relacionando-a ao contexto atual do capitalismo:

Resta ao Estado, como balizador das relações de conflito, adaptar-se a esta lógica em que a continuidade das formas essenciais da vida socioeconômica depende da morte e do encarceramento. Sob as condições objetivas e subjetivas projetadas no horizonte neoliberal, o estado de exceção torna-se a forma política vigente.

METODOLOGIA

Para compreender as construções discursivas, foi estabelecido um parâmetro teórico-metodológico de análise a partir do conceito de formação discursiva (FD). O conceito traz alguns pontos fundamentais para se perceber o funcionamento material da

ideologia e, conseqüentemente, dos sentidos. É importante, assim, conceber a formação discursiva como espaços heterogêneos, como diz Courtine e Marandi (2016), em que suas fronteiras são instáveis.

O que nos interessa, neste artigo, são os fenômenos discursivos produzidos nesses espaços heterogêneos. Propomo-nos, assim, a investigar, por um viés, o funcionamento intradiscursivo de um discurso. Segundo Pêcheux (2009, p. 153), o referido conceito designa “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo”, isto é, as relações entre os enunciados. Retomando Bakhtin, entende-se como pertinente a análise desse intradiscurso quanto a essas relações tomando a sua ideia de enunciados como atos responsivos – suscitando respostas, complementos, negação etc.

Por outro viés, analisaremos o interdiscurso por meio da comparação. Ainda segundo Pêcheux, tal conceito envolve a noção da memória e do pré-construído. Em poucas palavras, trata-se da relação histórica do dito e da ideologia. Esta abarca dizeres – sentidos – previamente construídos e que voltam por via interdiscursiva em determinada FD. Courtine e Marandi (2016, p. 39-40) assim relacionam os dois conceitos:

o interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação.

O que buscamos aqui, mais especificamente, é analisar, voltando-se o olhar para as particularidades – enquanto categoria da realidade e parte fundamental do gênero reportagem –, primeiramente como as matérias funcionam em si mesmas, seus fenômenos discursivos, determinando o que pode e deve ser dito⁶ quanto às particularidades, e também como é dito, recortando sequências discursivas (SD) – que são trechos do discurso a fim de análise – para justificar nossas observações. Isso nos revelará, de acordo com Charaudeau (2021, p. 42), a visão de mundo materializada na reportagem, uma vez que “todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação”. Isso está de acordo com Traquina (2005, p. 91), o qual postula que há um tipo de seleção fundamental no fazer jornalístico, o valor-notícia de construção: trata-se dos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia”. Tais

⁶ Definição clássica de FD proposta por Pêcheux (2009), mas que aqui usamos como um suporte teórico-metodológico, e não como uma concepção acabada em si mesma.

elementos dignos de serem incluídos, nesse sentido, nos revelam os caminhos, ou direcionamentos, discursivos de Veja.

Através da comparação de matérias, objetivamos observar as diferenças entre os fenômenos discursivos, apontando: a) aparições e não aparições de enunciados; e b) repetição, negação e silenciamento de enunciados. Seguindo tal percurso, buscamos responder criticamente como os casos de racismo foram construídos.

Reportagem 1 - O assassinato de George Floyd

Essa reportagem é construída de forma dissociada. São apresentados eixos – ou assuntos, angulações etc. – que aparentemente são cumulativos, não relacionáveis: pandemia, crise econômica e conflito racial. Isso nos levou a considerar que a particularidade, conceituada como o contexto em que a singularidade se dá, pode se materializar, discursivamente, como fragmentada. Em resumo: os eixos apresentados ganham relativa autonomia em relação uns aos outros, concorrendo com o singular para a sua significação. A reportagem, dessa forma, nos apresenta primeiramente o assassinato de George Floyd – o singular –, e segue para os eixos: protestos, pandemia, e outras questões dos Estados Unidos com o destaque para a figura de Donald Trump.

Em primeiro lugar, tratemos dos protestos. Caracterizamos a discursividade sobre as manifestações como valorada de forma negativa. Isso fica explícito pelas adjetivações dos protestos e a nominalização dos agentes desses atos. No funcionamento da tomada de sentido, termos como vandalismo, radicais e turbulento são constantemente parafraseados, indicando os mesmos efeitos de sentido, o que Pêcheux (2009) chama de substituição simétrica, em que dois ou mais termos podem variar, mas mantêm-se o sentido. É possível verificar tais observações pela SD abaixo:

SD1: “[...] imagens de passeatas pacíficas se misturaram às de quebradeira generalizada, dando a medida da mais contundente onda de manifestações, vandalismo e repressão em território americano desde o turbulento movimento pelos direitos civis, no fim dos anos 1960”

É possível notar, igualmente, a dualidade construída entre protesto pacífico e protesto violento, bem demarcados na matéria. É pela demarcação do sentido do que é

pacífico e do que é violento que podemos argumentar a imposição da construção negativada dos protestos. É quanto a este último, os protestos denominados violentos, que voltamos a nossa atenção. Acontece o que podemos chamar de direcionamento discursivo, em que “o que se fala” é sobre os atos valorados como negativos, relacionando-se diretamente com as construções de sentidos (radicais, violento, quebradeira etc.), como podemos averiguar abaixo:

SD2: “Ignorando o toque de recolher, radicais tacaram fogo em delegacias, carros e lojas de Minneapolis. O Quebra-quebra estendeu-se às lojas luxuosas da Quinta Avenida e outros pontos de Nova York, onde Macy’s e Bloomingdale’s tiveram vitrines estilhaçadas e produtos roubados”

O direcionamento discursivo de que falamos trata precisamente dos elementos escolhidos nos critérios internos na construção da reportagem. Em SD2 podemos observar que a manifestação violenta – que tem como sujeito das ações os “radicais” – comete atos negativados, como tacar fogo em delegacia e ataques às lojas de luxo. Evidencia-se o direcionamento da matéria a esses atos, especialmente quando se trata do ataque às propriedades privadas.

Em segundo lugar, chamou-nos a atenção o eixo racismo, que não aparece. Ou melhor, é silenciado. Segundo Orlandi (2007), as palavras produzem silêncio. Isso significa que uma delimitação produzida pela palavra pode excluir necessariamente outras. Isso é fundamental, uma vez que certa discursividade é característica justamente por delimitar o dizível e excluir outros. A questão do racismo, na matéria aqui estudada, é substituída por: conflitos raciais e confronto racial. Termos como racismo, ou racismo estrutural, não são mencionados.

Em terceiro lugar, apontamos uma outra dualidade: manifestantes e brancos. Estes, ao contrário dos “radicais” ou “vândalos” manifestantes, são positivamente valorados. Isso fica evidente abaixo:

SD3: “Os brancos deram os braços aos negros nas passeatas, a própria polícia aderiu às marchas em alguns pontos – na Flórida, um grupo de agentes se ajoelhou, no gesto típico de protesto dos negros”

É notória a contradição, uma vez que George Floyd foi assassinado por um policial branco, e a reportagem direciona discursivamente a sua construção para uma imagem negativa dos protestos – uma reação não apenas à morte do homem negro, mas à estrutura racista – e uma imagem positiva de policiais brancos (em imagem), percebidos como solidários. O efeito que isso produz é uma condição do discurso, a da unicidade, consequência do que Pêcheux (2009) chama de esquecimento número dois, que é um procedimento de seleção de determinados elementos discursivos – enunciados, léxicos etc. – e não outros. Isso é fundamental no intradiscurso, pois solidifica a estrutura interna. Tem-se, nesse sentido, acontecimentos construídos de um jeito, e não de outro. Ou seja, manifestantes que cometem atos violentos e policiais brancos que fazem atos pacíficos.

Em quarto lugar, analisamos as discursividades sobre o presidente, na época, Donald Trump. Primeiramente, é importante ressaltar que a manchete é: “Sem lei nem ordem”, enunciado que está em relação, como uma reação, ao enunciado do então presidente mais à frente na matéria “Eu sou o presidente da lei e da ordem”. A relação entre os enunciados é mais bem compreendida uma vez que se relaciona os sentidos então construídos e bem demarcados: convulsão social, tremenda turbulência, quebradeira generalizada, conflitos raciais explosivos, etc., os quais têm o efeito de caos, o que está em oposição a “lei e ordem”. Outros pontos acerca de Donald Trump são materializados, sempre indicando uma figura incapaz de manter a lei e a ordem.

Reportagem 2 - O assassinato de João Alberto

A segunda matéria é construída de forma relacional. Isso quer dizer que os elementos, ou eixos, da particularidade são relacionados, fazendo parte de uma estrutura contextual. Para essa relação, a matéria se utiliza do eixo que chamamos de desigualdade racial para traçar um quadro geral do que a própria reportagem reconhece como “racismo estrutural”. É frequente o uso de dados estatísticos para trazer um efeito verdade quanto às desigualdades, não apenas econômicas, mas de representação negra em diversos espaços das esferas sociais e de assassinados pelo setor de segurança. Em contraposição a essa dissecação da estrutura, a reportagem aponta outro eixo em paralelo: medidas para reverter a situação das desigualdades.

Em primeiro lugar, constatamos a construção da desigualdade racial com base em dados estatísticos que, como dito anteriormente, produz um efeito de verdade. São feitas

várias relações entre os setores sociais, como a pouca representação em espaços da alta hierarquia de empresas, na magistratura, no campo eleitoral, entre outros. São enunciados que nos remetem ao racismo estrutural acima exposto de acordo com Almeida (2021). Entretanto, tal direcionamento discursivo é incisivo quanto à representação, que se torna um ponto dominante da relação desigualdades-medidas.

Em segundo lugar, as medidas assumem uma posição de enunciado fundamental na construção discursiva. A linha fina é constituída por esse eixo e está em relação complementar com todos os enunciados que tratam desse aspecto:

SD1: “As medidas necessárias para acelerar a luta contra o racismo no país, de forma a nunca mais vermos a repetição de tragédias como a da morte de João Alberto Silveira Freitas”

É importante notar que o sentido de acelerar vai ser constantemente parafraseado. É pertinente a observação quanto a essa produção de sentido, pois nos revela a relação entre enunciados e em como a construção composicional do gênero reportagem funciona em relação a si mesma. Por sua vez, “acelerar a luta” vai estar em relação com “é preciso expandir os progressos de forma a reduzir com mais rapidez as injustiças”. Avançar, progredir, evoluir etc., são verbos comumente alternados, o que também configura como substituição simétrica.

Contudo, vale uma outra observação quanto a este ponto. Apesar de sim ser uma variação de equivalência de termos, a plena construção de sentido nos enunciados envolve a relação entre eles. Para um termo ou mais fazer sentido, possuir aquilo que Bakhtin chama de acabamento de enunciado, ele deve fazer parte do elo comunicativo. Tal elo, em termos da teoria de Pêcheux, nos leva à formação discursiva em questão. Em resumo, tais palavras, frases etc., comunicam-se e funcionam determinadas pela heterogeneidade das FDs, funcionamento que permite a relação entre medidas antirracistas e a aceleração de suas implementações e melhoras. As medidas propostas se concentram principalmente na questão da representação negra em cargos importantes.

Em terceiro lugar, observamos a questão dos protestos. A sua abordagem se dá de forma valorada positivamente, estabelecendo um parâmetro de manifestações quando se compara aos atos decorridos do acontecimento com George Floyd nos Estados Unidos:

SD2: “Embora a mobilização vista por aqui esteja longe da comoção provocada nos Estados Unidos no caso da morte de George Floyd por um ‘mata-leão’ de um policial branco, o barulho já se mostrou suficiente para causar impactos imediatos”

Pode-se deduzir que tal discurso aponta para a memória discursiva, os acontecimentos de meses antes que provocaram mobilizações globais. Os protestos são formas de manifestações públicas numa democracia, uma das maneiras possíveis de resistência às opressões, e ao serem positivados/negativos numa dada mídia possuem os seus sentidos construídos de determinada forma legitimada, que podem ou não ser dominantes. Destarte, percebe-se o contraste entre esta segunda reportagem e a primeira analisada, com valorações opostas, e portanto FDs que funcionam diferente.

Em quarto e último lugar, o discurso oficial do governo. De um lado, o auto posicionamento de Veja, como reconhecedor do racismo estrutural, e do outro, o discurso oficial do governo, tanto por parte do presidente Jair Bolsonaro, quanto do vice, Hamilton Mourão, denominados como negacionistas. O discurso negacionista na reportagem está baseado na ideia de que tal negação é simplesmente a não consciência de um fato concreto. Tal análise se evidencia a partir da sequência abaixo, que são atos responsivos quanto às falas – negacionistas do racismo – dos dirigentes:

SD3: “São falas desconexas da realidade, insensíveis e que remontam à tese (ultrapassada) de que no Brasil impera uma democracia racial harmoniosa. Pior: mostram como o governo federal está alheio a uma bandeira importante para a sociedade.”

Ao mesmo tempo que aponta o sentido de ignorância – estar alheio, em outros termos –, logo em seguida a matéria traz a seguinte informação: “A gestão Bolsonaro, por sinal, é a que menos investiu no enfrentamento ao racismo. Foram 2,7 milhões de reais aplicados em políticas dessa natureza, um número ínfimo se comparado à média de 37,2 milhões de reais dos últimos dez anos”. Há uma gritante contradição neste ponto: o reconhecimento da negação discursiva do governo é dado como consequência de uma ignorância quanto ao assunto, mas a própria matéria aponta um fato que evidencia um outro efeito de sentido: o baixo investimento na questão do antirracismo implica que o governo age ativamente contra a política antirracista. Portanto, a matéria silencia a

responsabilidade consciente do governo, e em seu lugar aparece uma ignorância quanto ao racismo.

CONCLUSÃO: UMA DISCUSSÃO CRÍTICA

Ao longo de nossa análise, expusemos algumas problemáticas e as resolvemos. Contudo, algumas permaneceram. As duas reportagens de Veja são construídas de forma bem diferente, com valorações diferentes, o que nos leva a considerar, provisoriamente, que o gênero reportagem é mais maleável que a notícia, que possui estruturas mais sólidas e de certa forma previsíveis. Somos levados a questionar, por fim, que condições de produção discursiva explicam as diferenças substanciais entre duas discursividades de um mesmo veículo; e, além disso, que relações são essas entre os enunciados.

Primeiramente, os protestos. Na primeira reportagem ganham sentidos duais, isto é, são divididos entre pacíficos e violentos, positivos e negativos. Somente uma ideologia conservadora expõe atos de resistência de forma negativada, direcionando o discurso às ações de violência e, não por acaso, ao ataque às lojas de luxo. Já na segunda reportagem, um parâmetro é criado, e então essas mesmas mobilizações, generalizadas, são posicionadas como referência do positivo. As FDs divergentes são evidentemente delineadas, de tal forma que uma exclui o sentido da outra. Não é possível afirmar, portanto, que um mesmo veículo terá sempre a mesma veiculação de sentidos; não é possível afirmar também que as visões serão radicalmente diferentes. Trata-se de pontos específicos que, apesar de não serem isolados, dependem de um “complexo com o todo”, isto é, do interdiscurso e da formação – ou formações – ideológica em questão. Além disso, como dito acima, as FDs não podem ser tomadas como sistemas fechados, tendo fronteiras muito instáveis. Para Courtine e Marandi (2016), o fechamento de uma FD “se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se desloca em função das questões da luta ideológica”. Ou seja, podemos afirmar que, sim, temos diferentes perspectivas sobre uma questão ideológica, mas não podemos admitir que tal diferença seja determinante.

Segundamente, tais diferenças podem existir na construção, mas concluímos que suas semelhanças são ainda mais críticas de serem analisadas: em nenhum momento a própria estrutura social é questionada. E não é por acaso, ou por mera questão técnica do gênero, mas sim por conta das questões ideológicas. Segundo Charaudeau (2019), o discurso representa o mundo ao representar uma relação. Isto é, a informação não nos

chega linguisticamente transparente, em que o discurso seria um espelho do real. Nos chega, como diz Genro Filho (2012), objetivamente subjetivada. Almeida (2021, p. 41) complementa: “A ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas”.

A representação das relações que a Veja materializa nos revela, além do silêncio sobre a estrutura social, estrutura que se baseia em opressões, o porquê desse silêncio. Numa ideologia que não toca na estrutura consolidada do social, medidas como as propostas pela segunda reportagem, especialmente quanto a representações negras em cargos de alta hierarquia, fazem sentido numa determinada ideologia burguesa, em que a reforma social aparece como única possibilidade. As ideias de expansão, progresso, aceleração e melhora são constantemente parafraseadas na reportagem e revelam o que está para além do silêncio, o próprio posicionamento das estruturas na materialidade discursiva. Isso quer dizer que determinados enunciados aparecem onde aparecem, numa determinada posição do elo comunicativo, justamente pelo pré-construído de um complexo ideológico. A estrutura capitalista estabelecida, portanto, permanecerá inalterada, de acordo com tal discursividade, bastando apenas algumas mudanças para “nunca mais vermos a repetição de tragédias” como as dos casos. Tal conclusão relaciona os efeitos de sentidos da matéria com a concepção individualista, em que o racismo é percebido como uma patologia social, um “problema” a ser corrigido, e não com a do racismo estrutural⁷. As medidas, além disso, são enfáticas à representação negra. Porém, Almeida (2021, p. 111-112) nos alerta:

A representatividade, insistimos, não é necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade. A representatividade é sempre institucional e não estrutural, de tal sorte que quando exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder.

É aqui que apontamos um dado importante da conjuntura prática do veículo Veja: a estratégia ideológica da naturalização. Segundo Eagleton (2019), trata-se da forma de uma ideologia se dar como natural, evidente, parte do “senso comum”. Não questionar, ou não dever e não poder falar sobre a própria estrutura que potencializa e articula o racismo é um ponto importante, pois a reportagem parte de uma dada estrutura capitalista regida pelo direito burguês e pela reforma social, a fim de “melhorar” o sistema. Partindo-

⁷ Trata-se de uma predominância de sentido. A heterogeneidade das FDs permite a pluralidade de sentidos; contudo as FDs podem apontar para a predominância de uns sentidos em relação a outros.

se daí, a estrutura é-já internalizada e naturalizada, e a materialidade discursiva (re)produz tal “natureza” socialmente pré-construída, (re)construindo-a no processo de enunciação.

Reconhecemos, assim, alguns dos mecanismos da construção discursiva. Tal análise crítica suscita, contudo, maiores pesquisas. Todavia, algo já se mostra evidente: a necessidade de mudar o paradigma ideológico naturalizante, rompendo com tal práxis a fim de construir uma nova, a qual busque questionar não apenas as desigualdades do racismo estrutural, mas igualmente a própria estrutura que as sustenta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. S. Paulo: Editora 34, 2016, p. 11-69.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, núm. 15, p. 13-28, junho, 2008. Disponível em: [O jornalismo como gênero discursivo \(redalyc.org\)](http://redalyc.org), acesso em: 06 de julho de 2021.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDI, Jean-Marie. Que objeto para a análise do discurso?. IN: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 33-54.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dezembro, 2016. Disponível em: [Necropolítica | Mbembe | arte e ensaios \(ufrj.br\)](http://ufrj.br), acesso em: 06 de julho de 2021.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.